

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

LUDMILA ALVES PONTES

A VISÃO DE UM BRASIL URBANO:

O RIO DE JANEIRO NA OBRA DE LIMA BARRETO

Juiz de Fora

2009

INTRODUÇÃO

Desde que começaram a se destacar no mundo enquanto abrigo da sociedade moderna, as cidades têm sido observadas e descritas pelos homens de letras. A produção sociológica acerca do tema foi precedida por esses autores de ficção que, sensíveis às mudanças que ocorriam nas vidas humanas, procuraram retratar em suas obras as peculiaridades que a cidade impunha aos seus habitantes. Robert Park (1973), um dos precursores da Sociologia Urbana, enunciou que nós sociólogos “estamos em débito principalmente com os escritores de ficção em nosso conhecimento mais íntimo da vida urbana”, relegando, portanto, aos literatos, a gênese de uma reflexão sobre o fenômeno urbano.

O interesse da sociologia pela obra literária remete aos trabalhos da Escola de Frankfurt, especialmente às obras de Adorno e Benjamin (LÜHR, 1998). Os estudos de Benjamin sobre Baudelaire recaem particularmente sobre a relação entre a literatura e a cidade, pois revelam as idéias desenvolvidas pelo autor acerca de Paris, que tratam a literatura enquanto importante meio de expressão das peculiaridades da vida moderna (BENJAMIN, 1989). Berman (1998) também se lançou ao estudo das obras literárias no contexto urbano, identificando nas mesmas a presença de um pensamento acerca da realidade social nas cidades. Ao tratar da cidade de São Petersburgo, o autor se utiliza das obras de alguns escritores russos e, seguindo-lhe os passos, nos sugere diversas interpretações acerca da cidade russa que ingressava em um modo peculiar de modernidade.

No Brasil, temos como um dos pioneiros no estudo da literatura pela sociologia Antônio Cândido. Cândido (2004) também vai dedica-se a analisar as relações existentes entre a obra literária e a cidade e como exemplo de seus trabalhos pode-se citar o artigo titulado *A dialética da malandragem* que revela a contribuição de Manuel Antônio de Almeida na constituição de uma identidade urbana que, na obra do escritor carioca, vincula-se à cidade do Rio de Janeiro.

Freitag (1998) desenvolveu uma série de trabalhos que analisaram a influência das obras literárias na interpretação dos dilemas inerentes as cidades contemporâneas. A mesma autora é responsável pela organização de trabalhos de diversos intelectuais que abordam a relação

entre a literatura e a cidade. Através de seus estudos, podemos compreender melhor a relação existente entre a cidade e a literatura e de que maneira a sociologia pode abordar esta relação. Em um de seus trabalhos em particular, Freitag (2002) utiliza a idéia de Sérgio Buarque de Holanda acerca da singularidade das cidades lusitanas para revelar a relação existente entre a obra de Eça de Queiróz e a cidade de Lisboa.

Há também análises que buscam elevar a obra literária à condição de expressão do pensamento social brasileiro, sendo o estudo da literatura importante para o entendimento da história da intelectualidade no país. Temos como exemplo deste tipo de trabalho uma pesquisa realizada por Licia do Prado Valladares (2000), que buscou a gênese do conceito de favela nas produções de médicos, engenheiros e literatos, que antecederam as análises das Ciências Sociais. Sem abordar a temática urbana, mas também considerando a literatura como componente importante ao estudo do pensamento social brasileiro, Maia (2007) deteve-se a análise das idéias desenvolvidas na obra de Euclides da Cunha e Vicente Licínio sobre o espaço brasileiro.

A leitura destes trabalhos permite identificar a existência de um grande potencial interpretativo na obra do escritor Lima Barreto. Através da literatura, Barreto propõe um modelo alternativo de entendimento do Brasil pautado, não nos seus sertões, mas na sua capital. Para Machado (2002), o escritor compromete-se com o que viria a se constituir no “retrato da modernização brasileira”, pois sua obra encontra-se repleta de referenciais à realidade do país durante o período em que o Brasil se integrava de modo muito particular ao que se convencionou chamar de modernidade.

Na Primeira República, o ímpeto modernizador de seus governantes vai se manifestar na reforma urbana promovida pela municipalidade. Grande parte dos ideais europeus que animavam a intelectualidade da época deixaram de existir somente nas mentes humanas para materializarem-se nas ruas da cidade através da modernização urbana realizada pela Prefeitura do Rio de Janeiro (CARVALHO, 2005; VENTURA, 1991). As reformas urbanas implementadas por seus prefeitos desfaziam a cidade das casas de pensão e cortiços do centro

da cidade; em seus lugares eram estabelecidas largas ruas, embelezadas à maneira parisiense. Tais reformas tinham por fim atingir uma minoria da sociedade brasileira, exemplificando o modelo de modernização brasileiro. Na “nova cidade” edificada pela municipalidade “circulava o mundo *belle-époque* fascinado com a Europa, envergonhado do Brasil, em particular do Brasil pobre e do Brasil negro” (CARVALHO, 2005, p. 40-41).

A condição de se pensar o Brasil na Primeira República era, entretanto, – bem como o exercício do direito político do voto – privilégio de uma minoria social brasileira que conseguia, mediante suas origens sociais, obter o título de bacharel. Os homens que pensavam o Brasil eram brancos, de posses, cujas idéias se projetavam entre a Rua do Ouvidor e os salões de Botafogo e Laranjeiras. Esses bacharéis iam buscar na Europa a inspiração para a composição de seus trabalhos, incorporando às suas visões sobre o Brasil o exotismo através do qual nos encaravam os europeus (CARVALHO, 2005).

É através da observação e da crítica a urbanização da cidade carioca que Lima Barreto identifica um padrão estrangeiro de modernização calcado no desconhecimento da vida social da metrópole fluminense por parte de seus reformadores. Barreto considerava um grande erro que a administração pública deixasse médicos e engenheiros pensarem a cidade, pois tais profissões pareciam não atentar tanto para o elemento humano que habitava o Rio de Janeiro. Deste modo, o escritor vincula-se a tradição do pensamento brasileiro, cuja linguagem estava mais afinada com os sentimentos (BARBOZA FILHO, 2008). A idéia proposta por Barboza Filho (2008) de que nós, brasileiros, somos antes afeitos à linguagem emocional e não à lógica racionalista consiste em noção importante para a compreensão de Barreto enquanto crítico das reformas urbanas e do que elas representavam. Tal proposição parece estar estritamente ligada à descrição do espaço urbano em Barreto, pois o mesmo identifica-o constantemente a sentimentos e histórias, expressos principalmente no saudosismo que cultivava para com o passado de sua cidade.

A relação do escritor pauta-se, sobretudo, na ligação e simpatia com a moral e a ética que regiam ao mundo patriarcal do Império, que estava sob ruínas nos meados do século XX.

Diferente dos “antigos”, a nova elite desprezava seu povo em consequência da chegada de um “espírito” racional, que levava os homens a fazer de tudo pelo dinheiro. O escritor propõe um modo alternativo de compreensão do Rio de Janeiro, indo buscar-lhe a partir de seus costumes populares. Maria Alice Rezende de Carvalho (1994) vai caracterizar Lima Barreto como um tipo de intelectual que se interessava em analisar a dinâmica da capital, no contexto de suas ruas, e não de suas instituições. Emerge a figura de Barreto como um cronista da vida cotidiana da cidade, interpretando-a longe do controle das elites econômicas ou políticas o que conferiria ao Rio de Janeiro uma distinção das demais cidades brasileiras.

O subúrbio vem contrapor-se ao espaço opressivo e ostentador dos prédios republicanos; nele as ruas não se formavam segundo traçados retilíneos e suas casas não tinham como padrão a arquitetura estrangeira. As relações humanas ainda pautam-se na solidariedade e na generosidade. O subúrbio, com sua aparente desordem revela-se, pois, dono de uma lógica não-racional de organização, oposta àquela estranha sociedade carioca que a República parecia representar. É neste espaço recôndito na cidade que se encontram as origens de uma cultura distintamente brasileira.

Apesar de consistir em *locus* da maioria da população carioca, o subúrbio sequer recebia a atenção de seus governantes, se destacando como um “não-lugar” para os políticos ocupados em reformar o centro e as áreas nobres da cidade (FERNANDES, 2007). Na crônica *O prefeito e a cidade*, Barreto (2004, p. 294) observara que as reformas que o prefeito Carlos Sampaio realizava na cidade, teriam por fim “[...] dividi-la em duas cidades: uma será a européia e a outra será indígena”.

A divisão do Rio em esferas espaciais e sociais distintas relaciona-se a idéia de Park (1973), segundo o qual a segregação sócio-espacial é um fenômeno particularmente comum nas cidades modernas e tende a ocorrer naturalmente, conforme os gostos pessoais, os interesses vocacionais e econômicos das pessoas. Com o passar dos tempos, uma determinada área que anteriormente possuía apenas uma localização geográfica assume as características de uma vizinhança e passa a conter, portanto, histórias, sentimentos e tradições. Tais elementos são

favoráveis ao desenvolvimento de identidades urbanas, que na obra de Barreto assumem forma na divisão estabelecida pelo autor entre o subúrbio, situado na zona norte, e o centro localizado na zona sul da cidade.

A obra barretiana, no contexto aqui citado, fornece os elementos necessários para o entendimento da cidade do Rio de Janeiro no período de seu desenvolvimento mais intenso, quando a cidade adquire os contornos de uma metrópole nacional. Interessa-nos em particular relevar seus escritos tidos como literários à condição de pensamento social brasileiro, pois as reflexões desenvolvidas pelo autor consistem em importante instrumento para o estudo do estabelecimento de um pensar urbano no país. O escritor compreende de um ponto de vista muito particular a cidade do Rio de Janeiro, definindo a existência de duas categorias sócio-espaciais determinantes de dois tipos de identidade urbana distintas; o carioca suburbano e o carioca que habitava Botafogo e adjacências.

A escolha da literatura está relacionada ao fato de que a mesma nos permite pensar o estabelecimento de um pensar social no país. Sabe-se que as Ciências Sociais encontram-se comumente envolvida no exercício de interpretar-se a si própria. Tal exercício conduz, muitas vezes, à consulta das velhas páginas da história sobre as quais nossos precursores, sem reconhecerem-se sociólogos, redigiram suas contribuições para a interpretação da sociedade brasileira. Este fato tem conduzido muitos pesquisadores à busca das idéias desenvolvidas pelos escritores de ficção, busca que se revela extremamente promissora, pois permite aos mesmos compreender as origens de nossos modos de pensar e interpretar a realidade social brasileira.

A investigação da origem dos modos de interpretação da cidade torna-se elevada na medida em que a obras literárias do escritor podem esclarecer aspectos que envolvem o desenvolvimento do Rio de Janeiro bem como os problemas inerentes ao processo de modernização que a cidade protagonizou. Nesse sentido, o estudo da obra do escritor carioca relaciona-se a gênese desse grande centro urbano brasileiro, consistindo em importante elemento de análise da antiga capital e de seu crescimento, bem como as questões que lhe são

inerentes até hoje.

Além de possibilitar a compreensão da formação das metrópoles brasileiras, o estudo da cidade permite o entendimento do processo de modernização brasileiro, que se revelava potencialmente excludente. O Rio vai erguer-se como instância da modernização brasileira, agregando todos os problemas e contradições que lhe seriam inerentes. A cidade, *locus* por excelência da modernidade, vai protagonizar as modificações que a nova ordem social e política imporiam ao espaço urbano tais como a emergência do novo regime e os avanços técnicos impostos sob o signo incontestável da ciência. Nesse sentido, eleva-se a idéia de que o Rio de Janeiro consistia em síntese da realidade social brasileira, de modo que as reflexões da obra barretiana permitem pensar, sobretudo, a condição do país.

Machado (2002) acredita que o pensamento barretiano é indissociável da cidade do Rio de Janeiro. Para a autora, Barreto tem o Rio por cenário de sua vida – e de sua obra. Lima Barreto edifica uma imagem impar da cidade capital da Primeira República portando-se como a “consciência crítica” de “sua” cidade. Barreto é observador perspicaz da vida urbana carioca, de seu fluxo e de seu movimento. Ele representa a “vida” desta *city* em todas as suas dimensões, revelando por ela uma profunda paixão. De acordo com Machado (2002, p. 87), é através desse “[...] diálogo rico com a cidade, [que] constrói um imaginário rico de conteúdo sociológico”. Esta “sensibilidade sociológica”, revelada no cuidado com o tratar da realidade e do tempo presente, possibilitou que suas palavras traduzissem com clareza a vida urbana carioca.

Ao apoiar-se nas obras literárias de Barreto, a pesquisa permite pensar as reflexões desse intelectual brasileiro que redigiu em suas obras sobre as questões sociais inseridas no espaço urbano. Para tanto, fez necessário tomar conhecimento da existência de um debate sobre a relação da obra literária com a sociologia, bem como das divergências que o permeiam. Fronteira tênue entre geografia, estudos culturais e políticos. Trabalho eleva a obra de Barreto enquanto parte do pensamento social brasileiro.

A leitura de alguns estudos que abordam a relação entre a sociologia e a literatura tem como fim legitimar o uso da obra literária nos estudos sociológicos, na medida em que esta questão não consiste em consenso. Além disso, a leitura dessas obras tem como fim fornecer uma base metodológica, pois são vários os usos que a literatura pode adquirir em um trabalho deste tipo. Particularmente neste trabalho, interessa-nos mais o entendimento da literatura enquanto expressão de “visões de mundo”, devendo ser tratada, sobretudo, como um veículo de manifestação do pensamento humano (CANDIDO, 1985; LÜHR, 1998).

A análise das obras de Barreto, que se subdividem em três gêneros literários – romances contos e crônicas – tem como finalidade a obtenção de reunir as idéias que o autor expressa acerca da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. O trabalho vai deter-se principalmente aos escritos que detêm observações acerca do Rio de Janeiro em seus diversos aspectos sociais e, através de uma leitura atenta, pretende-se destacar em sua obra os elementos que relevam a discussão do espaço urbano propriamente dito. Os demais aspectos de sua obra, tais como as tramas ou as personagens somente serão consideradas neste trabalho se estiverem relacionadas ao objeto ao qual nos dispomos a analisar – no caso, as reflexões do autor sobre a capital do país à época. A parte de sua obra que se relaciona a sua vida pessoal, tal como seus diários e correspondências, não serão abordadas aqui.

O autor revela a existência de uma divisão da cidade entre os habitantes das áreas tidas como nobres e os moradores dos subúrbios. De acordo com a teoria de segregação social de Park (1973), os homens tendem a organizarem-se conforme gostos e preferências e com o tempo estabelecem laços afetivos com as localidades que habitam. No Rio de Janeiro de Lima Barreto, essa idéia parece encontrar expressão na divisão que o autor estabelece entre essas duas áreas. A existência dessas duas tipologias torna possível a elaboração da idéia de que existem duas cidades dentro da cidade: o Rio de Janeiro seria caracterizado, na obra barretiana, pela existência desses dois pólos sócio-espaciais opostos. As categorias espaciais carregam, portanto, significações simbólicas, e por isso mesmo nos permitem identificar a noção de que há identidades distintas entre os homens do subúrbio e os homens de Botafogo e Laranjeiras.

CAPÍTULO I - O HOMEM DA CIDADE: PRELÚDIOS DE UMA “SOCIOLOGIA URBANA” NA OBRA DE LIMA BARRETO

“Sou homem da cidade, nasci, criei-me e eduquei-me no Rio de Janeiro; e, nele, em que se encontra gente de todo o Brasil, vale a pena fazer um trabalho destes, em que se mostre que a nossa cidade não é só a capital política do país, mas também a espiritual, onde se vêm resumir todas as mágoas, todos os sonhos, todas as dores dos brasileiros [...]”

(BARRETO, “Mágoas e sonhos do povo”)

Como muitos dos homens de seu tempo, Lima Barreto vai dedicar-se na sua literatura a constituição de um retrato da sociedade brasileira. Enredado neste exercício, o escritor terminou por conceber uma obra que poderia perfeitamente render ao seu autor, as honras de ser um dos primeiros homens no país a se propor a analisar a sociedade sob a perspectiva urbana. Isto porque freqüentemente o Rio de Janeiro torna-se palco de suas obras, conferindo a Lima Barreto o *status* – que ele mesmo atribuía a si próprio – de homem da cidade. Na qualidade de “homem da cidade”, o escritor vai buscar as singularidades do Brasil nos habitantes do Rio de Janeiro, que nos meados do século XX protagonizava as transformações políticas que caracterizavam a transição da sede do Império à condição de capital da República.

Herdando a preocupação da intelectualidade da “geração de 70”, Lima Barreto preocupa-se, sobretudo, em constituir uma noção de brasilidade que estivesse calcada na realidade social dos seus conterrâneos. Como ainda reservava grande admiração pela literatura realista, o escritor deixa-se guiar pelo exercício de definir os contornos da realidade brasileira, e, portando-se como um fotógrafo, vai cuidar de descrever-lhe as paisagens – não somente as físicas, mas também as sociais¹. Importava-se, sobretudo com uma linguagem clara e descritiva a ponto de proporcionar ao leitor uma visão ampla do espaço no qual se projetava as suas personagens e, quando ele próprio a se apresentar enquanto cronista, o espaço ao qual o próprio Barreto pertencia. Confesso admirador de Aluizio de Azevedo, como este, vai dedicar-se a análise da população pobre e citadina, que também havia sido o conteúdo que envolvera as tramas do naturalismo francês de Émile Zola². A busca pela realidade levava os escritores ligados a esta tradição a investigação do que se encontrava além da fachada moderna, do luxo de *parvenu*; conduzindo-os também a caminhos menos nobres e conhecidos das cidades, aos seus casebres, às suas casas de pensão, ao subúrbio. Esta característica permite a Barreto que transite pela cidade como um todo.

1 Para Lins (1976, p. 60), o espaço é uma das características mais marcantes na prosa barretiana, servindo sempre de referência às suas personagens romanescas.

Nesse sentido, a literatura de Lima Barreto concorre com a definição do país naquilo que ele tinha de mais singular: o seu povo. Esta preocupação também vai estar presente na obra euclideana, de modo que ambos os escritores destacaram-se por concederem um olhar mais atento às peculiaridades da cultura popular, diferenciando-se dos demais intelectuais da Primeira República. Carvalho (2005, p. 39-40) diz, em relação à intelectualidade da época que,

“Com poucas exceções, como o mulato Lima Barreto e o caboclo Euclides da Cunha, os literatos se dedicaram a produzir para o sorriso da elite carioca, com as antenas estéticas voltadas para a Europa”.

Há, entretanto, uma diferença fundamental entre os dois escritores. Ao dirigem-se à realidade social brasileira, Euclides da Cunha e Barreto diferem-se, entre outras coisas, na ambientação espacial de seus romances. Euclides da Cunha associava a origem de nossa singularidade ao sertão; Lima Barreto fora buscá-la na cidade. A idéia de que a brasilidade estava vinculada à figura do sertanejo encontra-se presente na obra euclideana, repleta de elementos que retratavam a paisagem sertaneja e seus habitantes. Nesse sentido, o escritor projetava a idéia de que a autenticidade da cultura brasileira dava-se no interior, longe das praias brasileiras, onde as cidades perpetuavam a influência dos povos vindos do Além-Mar³. Os elementos de

2 O naturalismo de Émile Zola consiste em importante meio de compreender o que se passava no mundo literário do final do século XIX. No seu *Romance de Tese*, Zola vai falar que é preocupação da literatura a análise da realidade e, sob o signo dessa realidade, busca retratar os pobres da França. A preocupação dessa corrente estética reflete-se no Brasil, ganhando adeptos como Aluizio de Azevedo, do qual Lima Barreto era grande admirador. Barreto, entretanto, distingue-se dos escritores naturalistas por adotar uma linguagem mais coloquial em seus escritos, aproximando-se com isso de uma proposta modernista.

3 Ventura (1991) fala que a busca do entendimento nacional no sertão resulta da oposição entre o litoral e o sertão. Este último figura como o *locus* da cultura nacional na medida em que se afasta do litoral, por onde, através dos portos, os homens são influenciados pelos estrangeiros. O Rio de Janeiro, cidade litorânea, estaria por isso, voltado para fora do país, não consistindo propriamente no exemplo de nossa identidade.

uma cultura nacional estariam vinculados aos costumes do povo dos nossos sertões, instância na qual se fundavam o folclore nacional repleto de riquezas e reveladores da adaptabilidade do homem as condições mais singulares de nossas terras⁴. Esta tendência revela-se não só nos trabalhos de Euclides da Cunha, mas nos ideais de muitos intelectuais interessados na sociedade brasileira, induzindo muitos deles a investigação da realidade social no interior do Brasil.

Lima Barreto percebe a existência dessa preocupação com o sertão por parte da intelectualidade brasileira. Apesar do escritor não opor-se aos estudos do campo brasileiro, até interessando-se por ele em alguns momentos de sua obra⁵, ele é bastante crítico em relação à existência dessa tendência latente da intelectualidade em elevá-lo à condição de representação da realidade nacional. Barreto (1976, p. 133-134), em crítica aos trabalhos desses escritores, expressa na fala de Gonzaga de Sá que “a nossa emotividade literária só se interessa pelos populares do sertão, unicamente porque são pitorescos e talvez não se possa verificar a verdade de suas criações”.

Mas qual seria, então, a razão de buscar o Brasil no que havia de pitoresco, de exótico? É-nos possível identificar que a representatividade dos nossos sertões enquanto espaço onde se gestava uma autêntica cultura popular nacional estava também relacionada à imagem idílica do caboclo⁶. A intelectualidade nacional ocupava-se em elevar o caboclo a símbolo da cultura

4 Maia (2007) acredita que o sertanismo euclideano relaciona-se a noção de espacialidade vinculada à cultura brasileira.

5 Zilly (2003) vai abordar o interesse que anima Policarpo Quaresma com as coisas do campo, pois a personagem identificava que na capital brasileira havia muito do elemento negro e lusitano nas suas características culturais. Seu interesse por uma cultura brasileira pura o levou a estudar os índios brasileiros. O livro revela a crítica de Barreto ao mito da “cultura pura” no Brasil, na medida em que acreditava que o elemento que nos caracterizava era justamente o hibridismo cultural.

6 Este fato relaciona-se também ao processo de romantização do indígena realizado pelos escritores indigenistas, tais como José de Alencar. O negro, entretanto, não gozava da mesma estima.

nacional. Em crônica cujo título é *O nosso cabocismo*, Barreto (2004, p. 32) faz crítica a esse interesse dos intelectuais pelo caboclo,

“Uma das manias mais curiosas da nossa mentalidade é o cabocismo. Chama-se isto a cisma que todo o brasileiro tem de que é caboclo ou descende de caboclo. (...) Muito influíram para isso os poetas indianistas, sobretudo, o grande José de Alencar, o primeiro romancista do Brasil que nada tinha de tupinambá. A mania, porém, percorreu o Brasil; e, quando um sujeito se quer fazer nobre, diz-se caboclo ou descendente de caboclo”.

Em oposição aos sertões e ao cabocismo emerge na obra barretiana o Rio de Janeiro, elevado a sede do poder político nacional e, portanto, concentrando sobre si os olhares atentos de todo país. Sua vida estava povoada de tipos sociais vindos do Brasil todo, que vinham ter na metrópole nacional chances de trabalho. A cidade era então esperança para aqueles que já não a podiam vislumbrar do campo e a chance de angariar alguns degraus na rígida hierarquia social sob o qual estavam limitados em suas terras. O Rio vai erguer-se como instância da modernização brasileira⁷, agregando todos os problemas e contradições que lhe seriam inerentes. A cidade, *locus* por excelência da modernidade, vai protagonizar as modificações que a nova ordem social e política imporiam ao espaço urbano tais como a emergência do novo regime e os avanços técnicos impostos sob o signo incontestável da ciência. Mas o escritor não será atraído somente pelas luzes que a modernidade no Brasil imprimia às suas ruas e avenidas, mas também pelas sombras que se projetavam para além de suas *squares* e passeios. Compõe-lhe curioso mosaico, através do qual se percebe que o escritor ao mesmo tempo em que se encontrava atraído pela dinâmica que o modo de vida moderno imprimia aos homens, não simpatizava com a perpetuação de um meio racionalista que conferia aos mesmos a frieza e a brutalidade. O escritor é responsável pela composição de um painel dos dilemas cariocas enquanto síntese da realidade nacional, sendo a cidade capaz de resumir as questões do Brasil.

⁷Este fato, de acordo com Machado (2002), derruba a máxima pregada por muitos intelectuais da modernidade brasileira que falam que a mesma havia se iniciado somente em São Paulo, com o modernismo.

A cidade transforma-se em objeto de análise na medida em que possibilita ao escritor a possibilidade de alcançar parcela elevada da realidade e das questões relacionadas à sua época. A escolha da cidade como este objeto de análise vincula-se, pois, à idéia na qual embasava a sua literatura, destinada a cumprir efetivamente um papel social (SEVCENKO, 1983). O presente, dimensão temporal a qual a obra do escritor está fortemente ligada, está relacionado à preocupação do literato com a realidade e a tentativa de expor-la em suas páginas. A obra barretiana, nesse sentido, consiste no esforço de representação do presente, relacionado às experiências vivenciadas pelo seu escritor em seu cotidiano⁸ e percebido por ele com evidente desgosto. Este presente tinha por moldura a cidade do Rio de Janeiro e todas as suas particularidades: as ruas cariocas, suas estações ferroviárias, repartições públicas e bondes emergem na obra do escritor como cenário e, muitas vezes, como objetos de análise de sua vida social. Deste modo, sua relação com a cidade está relacionada à preocupação com o real,

“[...] os romances de Lima Barreto remetem-nos ao *locus* da modernidade que é a cidade. Sua literatura constrói-se e desenvolve-se, por excelência, no ambiente urbano. Lima Barreto não tinha a intenção, como os antecessores de Benjamin – Poe, Baudelaire e outros –, de compor um *tableau social* da metrópole moderna. Entretanto, ao cumprir o que considerava ser objetivo da literatura, ao procurar realizar sua proposta a partir da própria sociedade em que vivia – sua cidade –, acaba por nos brindar com uma representação da metrópole moderna no Brasil das primeiras décadas do século XX” (MACHADO, 2002, p.).

Pode-se, com isso, afirmar que a imagem da cidade em Lima Barreto está fortemente vinculada à experiência sensível do escritor diante dos fenômenos que o circundavam. O escritor envolve-se afetivamente com aquele que é seu objeto de análise: o Rio de Janeiro. Aprende a adorar-lhe as ruas, os sobrados e sua história. Inebria-se de suas ruas e de sua geografia, aprende a adorar-lhe as montanhas e o modo como a cidade aconchegava-se a elas,

⁸ A obra barretiana tem um caráter fortemente autobiográfico, relacionando-se no mais das vezes a sua própria vida. Ver Sevcenko (1983).

contornando-as, dividindo-se. No romance *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*, o escritor desabafa, “Saturei-me daquela melancolia que é o sentimento primordial de minha cidade. Vivo nela e ela vive em mim!” (BARRETO, 1976, p. 50). Nesse sentido, o escritor excede o *flâneur*, e concebe uma imagem na cidade calcada, sobretudo na paixão que por ela alimenta, fato que vai guiá-lo na busca pelo entendimento do universo citadino, contribuindo para o quadro que pinta do Rio de Janeiro na Primeira República.

E é devido a esta ligação com a cidade que o escritor vai fazer oposição ao linguajar técnico comumente empregado por engenheiros e médicos na interpretação da cidade, descrevendo-a com afeto. A cidade figura como moldura para os sentimentos do escritor de modo que este utiliza de uma linguagem que expressa, sobretudo a paixão pelo espaço que o circunda. A cidade destaca-se então como lugar onde viveu espaço de sentimentos e lembranças, subjetivado (PARK, 1973). Os prédios e as casas emergem como elementos de afeto, transparecendo tal fato na linguagem escolhida por Barreto para tratar da cidade.

É provavelmente no romance *Vida e Morte de M. J. de Gonzaga de Sá* que Barreto melhor expressa a importância que o Rio de Janeiro adquire para ele. Barreto disfarça-se por detrás de Gonzaga de Sá, descrevendo-lhe suas virtudes, entre as quais a de observador atento da paisagem urbana e de sua vida. Barreto descreve sua personagem enquanto passeador⁹; Gonzaga de Sá agradava-se de fitar as ruas e as pessoas que circulavam pelo Rio. A personagem tinha por hábito a locomoção, caminhando pelas ruas sempre captando da cidade aspectos relacionadas à singularidade de sua arquitetura e de sua vida social, conforme sugere o trecho abaixo,

“O que me maravilhava em Gonzaga de Sá era o abuso que fazia da faculdade de locomoção. Encontrava-o em toda a parte, e nas horas mais adiantadas. Uma vez, ia

9 A idéia de passeador nos remete à noção de *flâneur*, encontrada em Benjamin. Para Barreto, o passeador é associado à personagem de M. J. Gonzaga de Sá, que transita pelas ruas da cidade, saudoso do passado, tecendo em suas passagens, histórias e sentimentos. Ver Machado (2002) e Benjamin (1989).

eu de trem, vi-o pelas tristes ruas que marginam o início da Central; outra vez, era um domingo, encontrei-o na Praia das Flechas, em Niterói. Nas ruas da cidade, já não me causava surpresa vê-lo. Era em todas, pela manhã e pela tarde. Segui-o uma vez. Gonzaga de Sá andava metros, parava em frente a um sobrado, olhava, olhava e continuava. Subia morros, descia ladeiras, devagar sempre, e fumando voluptuosamente, com as mãos atrás das costas, agarrando a bengala” (BARRETO, 1976, p. 63-64).

A existência desse impulso de passeador, característico de Gonzaga de Sá, faz com que a personagem vá constituindo imagens do Rio de Janeiro em todos os seus aspectos. Essas imagens estão constantemente relacionadas à vida pessoal da personagem, que busca através da apreensão dos antigos sobrados e prédios a recordação saudosa de seu passado. De acordo com Barreto (1976, p. 63-64),

“Gonzaga de Sá vivia da saudade da sua infância gárrula e da sua mocidade angustiada. Ia à procura de sobrados, das sacadas, dos telhados, para que à vista deles não se lhe morressem de todo na inteligência as várias impressões, noções e conceitos que essas cousas mortas sugeriram durante aquelas épocas de sua vida. Entendi que havia nele uma prada de sentimento e que o volumoso caudal, de encontro ao dique incógnito, crescera com os meses, com os anos, subira muito, e se extravasara pelas cousas, pelo total de vivo de morto que lhe assistia viver. Um dia faltou a repartição (contou isso mais tarde) para contemplar, ao sol de meio dia, um casebre do Castelo, visto cinqüenta e tantos anos atrás, em hora igual, por ocasião de uma gazeta da aula primária [...]”.

Esse saudosismo manifesto na fala de Gonzaga de Sá e no qual incorre a personagem nascida nos tempos imperiais é característico também do pensamento de Lima Barreto, para o qual a manutenção dos antigos prédios da capital é fundamental para a formação de uma identidade nacional. O escritor percebe que o descaso para com o nosso passado é uma das características do processo de urbanização imposto pela prefeitura carioca da Primeira República. Faltava-nos o gosto pelo passado, compreendido como o abrigo de nossa história e de tradições, fundamental para o entendimento do que éramos. Tal idéia justifica sua nostalgia diante das demolições impostas pela municipalidade. A cidade do Rio de Janeiro adquire,

principalmente neste romance, uma forma que se calca em uma linguagem que freqüentemente incorre na existência de uma relação entre memória e espaço. Barreto parecia acreditar que não seria possível pensar a cidade dissociando-a de seu passado histórico.

Em *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá* a paisagem urbana é trabalhada de modo a compor espaços distintos, alguns relacionados ao passado da cidade e outros, relacionados ao seu presente e, portanto, estranhos a realidade do Rio de Janeiro. O presente urbano, vivenciado pelo escritor, não corresponde ao que a cidade tinha de verdadeiramente “seu”. O que a modernização parecia impor aos cariocas é um universo a parte, de modo que a personagem não se reconhece no seu presente, indo buscar na recorrência ao passado a revelação do que é. As reformas urbanas apagavam as pistas da cidade, do que fora, e de certo modo, apagavam também o seu futuro. Deste modo, o escritor discordava energicamente de edificar-se uma cidade nova sob as ruínas dos sobrados imperiais.

A linguagem barretiana e sua identificação com o passado estão certamente relacionadas ao fato de não identificar-se com o universo racional e calculista intrínseco a vida moderna. Este fato revela-se na experiência da personagem Isaías Caminha, que, vindo do interior e recém-chegado na metrópole, deixava a vida familiar na qual era cercado de afeto e carinho. Na cidade, apesar do aglomerado de pessoas, não era amado e protegido por ninguém, a multidão não o via e era impulsionada pelos interesses individuais. O desencanto com relação à vida moderna é expresso, por exemplo, abaixo, no qual a personagem Isaías Caminha fala da solidão que sentia perante a multidão,

“Sentia-me só, só naquele grande e imenso formigueiro humano, só, sem parentes, sem amigos, sem conhecidos que uma desgraça pudesse fazer amigos. Os meus únicos amigos eram aquelas notas sujas, encardidas; eram elas o meu único apoio; eram elas que me evitavam as humilhações, os sofrimentos, os insultos de toda a sorte; e quando eu trocava uma delas, quando as dava ao condutor do bonde, ao homem do café, era como se perdesse um amigo, era como se me separasse de uma pessoa bem amada...” (BARRETO, 1997, p. 69).

Mas o escritor percebia que essa modernidade estava estritamente relacionada à elite política e econômica que o novo regime fizera erguer. Este fato está relacionado à interpretação de Barreto da modernização que experimentara o Rio de Janeiro e o Brasil a qual era guiada pela mão-de-ferro de seus governantes, para os quais esse fenômeno poderia desenvolver-se independente de seu povo e de sua história. Deste modo, o escritor edifica um entendimento particular da modernidade, feita “de cima”: as novas elites, que haviam se erguido juntamente com a República, não eram capazes de compreender as singularidades nacionais, pois sequer relacionavam-se com o passado do Brasil. De acordo com Barreto (1976, p. 156-157),

“– São estrangeiros, novos no país, ferragistas e agiotas enriquecidos, gente nova... Vocês estão separados deles por quase quatrocentos anos de história, que eles não conhecem nem a sentem nas suas células – e que, para eles, é de lastimar, pois esses anos passados dão força e direitos a vocês, que os devem reivindicar. [...] vocês arranjaram novos dominadores, com os quais vocês não se poderão entender nunca; e expulsaram os antigos com os quais, certamente, se viriam a entender um dia. Erraram, e profundamente”.

Sobre a emersão dos novos valores, Lima Barreto, na crônica *O momento*, fala da relação da dissolução do sentimento de solidariedade entre os homens característico dessa “gente nova” que, sob o signo da República, assumira a administração do país,

“Se a dissolução de costumes que todos anunciam como existente, há, antes dela houve a dissolução do sentimento, do imarcescível sentimento de solidariedade entre os homens. [...] Eu, há mais de vinte anos, vi a implantação do régimen. Vi-a com desgosto e creio que tive razão” (BARRETO, 2004, p. 305).

O trecho acima permite identificar a presença, na obra barretiana, de um modo particular de interpretação da cidade: percebendo enquanto instância da modernidade, ainda assim concebe-a através de linguagem peculiar aos sentimentos, revelando uma tensão existente entre o passado do qual nostalgiam-se seus narradores desiludidos, e o presente representado pela ascensão ao poder político nacional de um governo elitista. A cidade passara então a

abrigar um tipo novo de elite política, cuja marca característica seria a preocupação desmedida com o dinheiro. Carvalho (1994, p. 38-39) trata desta visão em Lima Barreto, conforme sugere o trecho abaixo,

“Sua obra está centrada na denúncia do que considerava a decadência moral e intelectual dos falsos modernos, transparente na competição desenfreada, no arrivismo reinante, no conflito bestial entre homens sem a marca da solidariedade [...] Assim, para Lima Barreto, o que havia de melhor na vida tradicional, como a ética cavalheiresca e a prevalência do amor romântico, ruíra, sem sucedâneos, sob o condenável pacto entre o velho mandonismo e os novos apetites – pacto que, segundo ele, caracterizou o estabelecimento da República”.

Lima Barreto elabora uma crítica ao modelo de modernização que se pautava no abandono do passado nacional, de seu povo e de sua história, para guiar-se através de modelos estrangeiros, os quais eram baseados em um modo racionalista de interpretação do mundo. A oposição de Barreto à ascensão da República advém do fato de não simpatizar com a racionalização e o controle que o Estado impunha às vidas humanas, pois o escritor acreditava que tais feitos eram estranhos à realidade da maioria da população carioca. A regulamentação das vidas, a presença cada vez mais rígida da ciência no controle da população chocava-se constantemente com o universo popular com o qual o escritor simpatizava. Nesse sentido, Lima Barreto está vinculado à tradição do pensamento no Brasil relacionado a uma linguagem vinculada antes ao imersível sentimento (BARBOZA FILHO, 2008)., partindo constantemente de uma compreensão romântica das relações humanas, nas quais regiam-se valores tais como a solidariedade e o respeito ao próximo

CAPÍTULO II - UMA CRÍTICA A ESTRANGEIRIZAÇÃO DA *URBS* CARIOCA

“O ideal de todo e qualquer natural da Bruzundanga é viver fora do país. Pode-se dizer que todos anseiam por isso; e, como Robinson, vivem nas praias e nos morros, à espera do navio que os venha buscar. Para eles, a Bruzundanga é tida como país de exílio ou mais do que isso: como uma ilha de Juan Fernández, onde os humanos perdem a fala, por não terem com quem conversar e não poderem entender o que dizem os pássaros, os animais silvestres e mesmo as cabras semi-selvagens”

(BARRETO, “Os Bruzundangas”)

O presente capítulo pretende abordar o modo como Lima Barreto relaciona a descrição do espaço urbano com sua realidade social. O tratamento que concede aos espaços edificados pelas reformas urbanas, por exemplo, revela o desconhecimento de seus prefeitos da realidade da cidade do Rio de Janeiro. A idéia de modernização urbana que guiara os ímpetus da Prefeitura carioca era regida pelo desejo inserir o Brasil em padrões estéticos europeus de urbanização. Para fugir ao atraso de nossa “civilização”, era preciso fundar no Rio de Janeiro cidade nova. A ausência de uma vida urbana e dos espaços que deveriam estimulá-la, característicos do período imperial do Brasil, são agora modificadas com o advento da República. O predomínio da casa na vida social é substituído pela rua. Barreto nota esse fato na diferença entre a arquitetura residencial moderna e a arquitetura das casas no Brasil imperial. A casa moderna deixa de ter grandes salas para as festividades que ocorriam noutras épocas e passam a ser menores, de modo que as grandes salas deixaram de existir, conforme a observação feita abaixo,

“Na escolha da casa, presidia sempre a capacidade da sala de visitas para a comemoração coreográfica das datas festivas da família. Os construtores das casas já sabiam disso e sacrificavam o resto da habitação à sala nobre. Houve quem dissesse que nós fazíamos casa, ou as tínhamos para os outros, porque a melhor peça dela era destinada a estranhos. [...] Hoje, porém, as casas mínguam em geral, e especialmente, na capacidade dos seus aposentos e cômodos. Nas salas de visitas das atuais mal cabem o piano e uma meia mobília, adquirida a prestações. Meia dúzia de pessoas, numa delas, estão ameaçadas de morrer asfixiadas com as janelas abertas. Como é que elas podem comportar um baile à moda antiga, em que dançavam dúzias de pares? Evidentemente, não. Isto acontece com as famílias remediadas; com as verdadeiramente pobres, a coisa piora. Ou moram em cômodos ou em casitas de avenidas, que são um pouco mais amplas do que a gaiola dos passarinhos” (BARRETO, 2004, p. 156).

Através de uma série de reformas que tinham como intuito, sobretudo, a modernização da cidade e de suas vias públicas, o Rio “civilizava-se”. Uma sucessão de prefeitos, tais como Passos e Frontin, investiram na edificação de largas avenidas e de espaços para o encontro das pessoas. Cria-se, pois, uma sociedade urbana no Rio de Janeiro, com o hábito de ir para as ruas (DAMATTA, 1997; FREYRE, 2004). Os vultosos investimentos do governo eram para uma minoria carioca, gente requintada, para as quais eram edificadas os passeios e *squares*, de modo que a população pobre, necessitada de moradia e de obras básicas de sanitização, permanecia esquecida. Ao perceber este fato, Barreto (2004, p. 286) observa que,

“Infelizmente, porém, nos preocupamos muito com os aspectos externos, com as fachadas, e não com o que há de essencial nos problemas de nossa vida urbana, econômica, financeira e social”.

Barreto, através de seus escritos, sugere-nos a idéia de que o Rio de Janeiro estava sendo reformado por um tipo muito peculiar de homem, cujo entendimento da cidade se dava através de documentos mortos. Sequer conheciam o Rio além de suas janelas, enclausurados que estavam no interior de seus ministérios entre pilhas de papéis, entre “secos documentos oficiais”. Na crônica abaixo intitulada *E o tal balázio?* Barreto reflete, sobre a postura do

ministro da Fazenda em ocasião dos pronunciamentos durante a comemorações relativas a fundação da cidade,

“A fundação do Rio de Janeiro é, para ele, um simples pretexto de alvarás, cartas régias, foros e sesmarias. O Senhor Fazenda não vê nada além dos secos documentos oficiais; não vê as conseqüências econômicas, as sociais, os encadeamentos de grandes e pequenos acontecimentos, que o ato do Estácio de Sá deu causa, foi gerador, sem que estivessem no seu ou no pensamento dos companheiros dele” (BARRETO, 2004, p. 160).

Ainda na mesma crônica, o escritor Lima Barreto (2004, p. 161), analisando um monumento erguido no Rio de Janeiro em razão da fundação da cidade, composto, basicamente, de canhões antigos, vai afirmar que,

“A fundação de uma cidade é, antes de tudo, um desejo de comunhão, de associação. [...] Na cidade, todos colaboram, todos concorrem com o seu quinhão, com o seu pequeno esforço para o culto de seu deus – como é então que os senhores do instituto só viram luta e luta com canhões alemães, a despejar projetis cilindrocônicos pelos meados do século XIX?”

Conforme dito anteriormente, a inspiração estética da qual vão valer-se os reformadores da cidade é estrangeira, quase sempre européia, parisiense. A paisagem carioca passava por reformas que tinham por fim a “estrangeirização” de sua *urbs* (CARVALHO, 2005). Através da leitura das obras de Lima Barreto, pode-se perceber como constantemente utiliza o termo “imitação” para descrever as reformas urbanas pelas quais o Rio de Janeiro passava, e que se refere à cópia pura e simplesmente de modelos europeus de urbanização que, aplicados à realidade carioca, pouco vinham beneficiar-lhe, muito menos ao grosso de sua população. Essa “imitação” proporcionava um modelo de modernização urbana que pautava-se, sobretudo, no desconhecimento da elite intelectual brasileira de sua cidade, de suas singularidades naturais e de sua história e sociedade. Barreto resume o “espírito” da *Belle Epoque* no trecho abaixo,

“E os da frente, os cinco mil de cima, esforçavam por obter as medidas legislativas favoráveis à transformação da cidade e ao enriquecimento dos patrimônios respectivos com indenizações fabulosas e especulações sobre terrenos. Os Haussmanns pululavam. Projetavam-se avenidas; abriam-se nas plantas *squares*, delineavam-se palácios, e, como complemento, queriam também uma população catita, limpinha, elegante e branca: cocheiros irrepreensíveis, engraxates de *libré*, criadas louras, de olhos azuis, com o uniforme como se viam nos jornais de moda da Inglaterra [...]” (BARRETO, 19, p. 161-162)

Sabe-se que a cidade do Rio de Janeiro, nos tempos do Império, tinha um crescimento horizontal, devido, em parte, a expansão territorial que despendiam as chácaras da gente abastada (FREYRE, 2004). Ainda não muito urbana, a gente rica gostava de estar cercada de grandes espaços, onde sob a sombra de velhas mangueiras, repousavam em suas casas, resguardando da rua seus costumes e tradições. Assim sendo, as cidades brasileiras terminavam por adquirir grandes proporções espaciais e seu crescimento constantemente estava relacionado a expansão territorial do perímetro urbano. O Rio ainda no início da Primeira República resguardava essa característica, de modo que Lima Barreto percebe a existência dessa característica, conforme revela no trecho que segue,

“O Rio é uma cidade de grande área e de população pouco densa; e, de tal modo o é, que se ir do Méier à Copacabana, é uma verdadeira viagem, sem que, entretanto, não se saia da zona urbana” (BARRETO, 2004, p. 349).

Sendo essa horizontalidade uma característica da *urbs* carioca, Barreto não compreendia que lhe quisessem impor a verticalização através de prédios altos, à moda estadunidense. As mudanças que vinham sendo efetuadas no Rio de Janeiro afastavam-nos cada vez mais do que nos era próprio, do que nos era característico, e o processo de verticalização da cidade

consistia em exemplo disso. Na crônica titulada *O desastre*¹⁰, Barreto faz uma comparação com o modelo norte-americano de modernização urbana e o brasileiro,

“[...] Nós não estamos como a maior parte dos senhores de *New York*, apertados em uma pequena ilha; nós nos podemos desenvolver para muitos quadrantes. Para que esta ambição então? Para que perturbar a majestade da nossa natureza, com a plebéia brutalidade de monstruosas construções? Abandonemos essa vassalagem aos americanos e fiquemos nós mesmos com as nossas casas de dois ou três andares, construídas lentamente, mas que raramente matavam os seus humildes construtores. [...] Imploremos aos senhores capitalistas para que abandonem essas imensas construções, que irão, multiplicadas, impedir de vermos os nossos purpúreos crepúsculos do verão e os nossos profundos céus negros do inverno. As modas dos "americanos" que lá fiquem com eles; fiquemos nós com as nossas que matam menos e não ofendem muito à beleza e à natureza” (BARRETO, 2004, p. 130).

A “brutalidade” americana relaciona-se ao universo urbano edificado pelos *yankees* sobre os quais os céus deixavam de ser contemplados, engolidos que eram pela selva de pedra dos enormes edifícios que as proezas da engenharia permitiam construir. O domínio da engenharia, da lógica e das retas nos traçados da cidade rompia bruscamente com o passado urbano brasileiro (HOLANDA, 1983). A ausência de ruas retilíneas inerentes a origem da cidade estava sendo substituída pelo processo de modernização urbana pelo qual passava os Estados Unidos, aonde a cidade adquiria as cores acinzentadas de seus concretos e asfaltos. As palavras de Barreto, abaixo, exemplificam este fato,

“Mas, uma coisa que ninguém vê e nota é a contínua derrubada de árvores velhas, vetustas fruteiras, plantadas há meio século, que a aridez, a ganância e a imbecilidade vão pondo abaixo com uma inconsciência lamentável. Nos subúrbios, as velhas chácaras, cheias de anosas mangueiras piedosos tamarineiros, vão sendo

10 Essa, entre outras crônicas, demonstra a aversão que Lima Barreto mantinha com relação à cultura americana. O escritor costumava dizer que a cultura dos mesmos era de uma brutalidade tremenda, revelados tudo isso no esporte praticado por eles, em seu gosto pela guerra, etc. Ver Barreto (2004).

ceifados pelo machado impiedoso do construtor de avenidas. Dentro em breve, não restarão senão uns exemplares dessas frondosas árvores, que foram plantadas mais com o pensamento nas gerações futuras, do que mesmo para atender às necessidades justas dos que lançaram as respectivas sementes a terra” (BARRETO, 2004, p. 112).

A edificação desse universo urbano completamente novo, desgarrado de seu passado, é impulsionado pela unanimidade no pensamento nacional, de que éramos a nação do futuro. Através de uma ruptura brusca com o seu passado histórico e social, Brasil emergia em processo acelerado de modernização cujos esforços voltavam-se para a elevação da metrópole nacional em símbolo dos novos tempos. A estética da prática, da lógica e a necessidade de uma cultura urbana emergem da necessidade de efetivar um rompimento definitivo com a ordem patriarcal de origem rural, para possibilitar a emersão de um novo momento na história brasileira terminaram por provocar um crescimento assombroso da cidade, sem que a mesma tivesse tempo de conceder aos seus habitantes serviços básicos de estrutura. Em pouquíssimo tempo, a cidade do Rio de Janeiro vai experimentar um fluxo migratório absurdo, passando a abrigar um milhão de pessoas nos meados do século XX.

Barreto parece perceber que o processo de modernização da *urbs* carioca estava vinculado à emersão de uma nova elite na Primeira República. “Excessivamente urbana”, os moradores de Botafogo e Laranjeiras associavam-se aos novos padrões estéticos que, no geral, estavam relacionados ao surgimento de um modo de vida urbano. O gosto pela natureza, outrora tão característico das antigas casas, é abandonado e substituído pelo apego a uma estética mais cidadina nos palacetes dos homens ricos e revela de certa forma, uma adesão a um novo modo de organização das vidas humanas, conforme a observação abaixo feita pelo escritor,

“Excessivamente urbana, a nossa gente abastada não povoa os arredores do Rio de Janeiro de vivendas de campo com pomares, jardins, que os figurem graciosos como a linda paisagem da maioria deles está pedindo. Os nossos arrabaldes e subúrbios são uma desolação. As casas de gente abastada têm, quando muito, um jardimzito liliputiano de polegada e meia; e as da gente pobre não têm coisa alguma [...] Que os pobres não possam exercer esse culto; que os médios não o possam também, vá lá! Compreende-se; mas e os ricos? Qual o motivo? [...] Eles não amam a natureza; não

têm por ela, a iniciativa de escolher belos sítios, onde erguerem as suas custosas residências, e eles não faltam no Rio” (BARRETO, 2004, p. 314).

No Império, tais belezas encontravam-se preservadas de certa forma, no hábito das elites de viverem em sítios afastados do centro, em cujos terrenos não faltavam a presença de árvores fruteiras. Na mesma crônica, Barreto prossegue,

“Antigamente, pelas vistas que ainda se encontram, parece que não era assim. [...] Os ricos gostavam de possuir vastas chácaras, povoadas de laranjeiras, de mangueiras soberbas, de jaqueiras, dessa esquisita fruta-pão que não vejo mais e não sei há quantos anos não a como assada e untada de manteiga. [...] Não eram só essas árvores que a enchiam, mas muitas outras de frutas adorno, como as palmeiras soberbas, tudo isso envolvido por bambuais sombrios e sussurrantes à brisa. [...] Onde estão os jasmineiros das cercas? Onde estão aqueles extensos tapumes de maricás que se tornam de algodão que mais é neve, em pleno estio?” (BARRETO, 2004, p. 314).

Lima Barreto encarava com desconfiança a emergência desse universo urbano “arranjado às pressas”, característico do processo de modernização que era proporcionado pela municipalidade sob o olhar de seus engenheiros. A distância que o rompimento brusco com a história e as peculiaridades sociais da cidade impunha entre os habitantes da cidade aumentava na medida em que a prefeitura investia em obras voltadas para a elite. O profundo processo de racionalização no qual os engenheiros pautavam-se para edificar suas construções não atentava para os problemas sociais dos pobres da cidade e freqüentemente faziam com que incorressem em erros diante que estavam das peculiaridades naturais inerentes a paisagem carioca. Esquecidos das características dos trópicos – tais como as chuvas torrenciais, o relevo acidentado, as marés, etc. – seus engenheiros, adeptos da “imitação”, ocupavam-se de construções que não se adequavam a realidade brasileira. Como exemplo deste fato, podemos atentar para a crônica intitulada *A revolta do mar* na qual o escritor aborda os resultados catastróficos da intervenção humana na natureza, que no caso da Avenida Beira-Mar, culminaram em sua destruição,

“[...] os grosseiros homens do nosso tempo, homens educados nos cafundós escusos

da *city* londrina ou nos gabinetes dos banqueiros de Wall Street, onde se fomentava a miséria dos povos, não lhe quiseram ver a grandeza, o mistério e a divindade, a sua palpitação íntima. O Mar, como a vida humana, não podia também deixar de ser também um bom campo às suas ‘cavações’ ou ‘escavações’ e trataram de explorá-lo. [...] A pretexto de melhoramentos e embelezamentos, mas, na verdade, no intuito de auferirem gordas gratificações de banqueiros, trataram de estrangulá-lo, de aterrá-lo com lama. Diziam eles que tal faziam, para tornear belos passeios, como se o Mar por si só não fosse Beleza”.

Em outra ocasião, Lima Barreto encontra meio de criticar os engenheiros que eram, dentre a intelectualidade da Primeira República, os homens que mais encontravam enredados em pensar o Rio de Janeiro. Enquanto um país tropical e que em determinadas estações recebe grande quantidade de chuvas, seus planejadores sequer encontraram meios eficazes de lidar com as inundações as quais, com a impermeabilização do solo, estariam sujeitos. No trecho que segue abaixo, Barreto analisa a incapacidade da engenharia de solucionar os problemas relacionados às enchentes no Rio,

“De há muito que a nossa engenharia municipal se devia ter compenetrado do dever de evitar tais acidentes urbanos. Uma arte tão ousada e quase tão perfeita, como é a engenharia, não deve julgar irresolúvel tão simples problema. O Rio de Janeiro, da avenida, dos *squares*, dos freios elétricos, não pode estar à mercê de chuaradas, mais ou menos violentas, para viver a sua vida integral. [...] Cidade cercada de montanhas e entre montanhas, que recebe violentamente grandes precipitações atmosféricas, o seu principal defeito a vencer era esse acidente das inundações” (BARRETO, 2004, p. 98).

Além da influência européia, provocava-nos o surgimento de uma grande metrópole na Argentina que nos meados do século XX tinha a aparência de uma cidade européia na América Latina. O escritor percebe este fato, conforme o trecho que segue abaixo,

“Estávamos fatigados da nossa mediania, do nosso relaxamento; a visão de Buenos Aires, muito limpa, catita, elegante, provocava-nos e enchia-nos de loucos desejos

de igualá-la. Havia nisso uma grande questão de amor-próprio nacional e um estulto desejo de não permitir que os estrangeiros, ao voltarem, enchessem de críticas a nossa cidade e a nossa civilização” (BARRETO, 19, p. 161).

O modelo de urbanização característico de Buenos Aires assemelhava-se mais à modernização europeia do que o Rio de Janeiro. Seus construtores, através do traçado retilíneo de suas ruas e das suas particularidades históricas, conseguiram criar uma grande cidade, à semelhança das metrópoles europeias. Barreto na crônica cujo título é *A volta*, aborda a questão da cidade argentina e o efeito que seu modelo de modernização urbana causava na intelectualidade nacional,

“A obsessão de Buenos Aires sempre nos perturbou o julgamento das coisas. A grande cidade do Prata tem um milhão de habitantes; a capital argentina tem longas ruas retas; a capital argentina não tem pretos; portanto, meus senhores, o Rio de Janeiro, cortado de montanhas, deve ter largas ruas retas; o Rio de Janeiro, num país de três ou quatro grandes cidades, precisa ter um milhão; o Rio de Janeiro, capital de um país que recebeu durante três séculos milhões de pretos, não deve ter pretos” (BARRETO, 2004, p. 166).

A crônica acima demonstra com clareza a visão que o escritor tinha do processo de urbanização pelo qual o Rio de Janeiro passava. O desejo do estabelecimento de uma grande metrópole em um país de cultura muito pouco urbana e a vergonha que lhe proporcionavam os negros, somente evidenciava um profundo desconhecimento de seus reformadores e idealizadores da realidade social brasileira.

No Brasil, esse modelo de urbanização havia alcançado seu ápice no estado de São Paulo. O escritor, que esteve no estado, redigiu duas crônicas intituladas *São Paulo e os estrangeiros [I]*, nas quais fala da influência estrangeira na cidade paulista,

“A influência dos estrangeiros, diziam, fez de São Paulo a única coisa decente do

Brasil. E todos acreditavam, porque os dominadores de São Paulo sempre se esforçaram por esconder as dilapidações ou coisas parecidas, convencendo os seus patrícios de que o estado, a sua capital, sobretudo, era coisa nunca vista. [...] Tudo o que havia em São Paulo não havia em parte alguma do Brasil. A sua capital era uma cidade européia e a capital artística do país”.

Mas o processo de modernização que caracterizaria São Paulo, não ocorreria no Rio de Janeiro. A grande metrópole nacional representava o Brasil naqueles que justamente encontravam-se esquecidos por ele; o Rio de Janeiro construía o que evidentemente tinha de seu nos seus negros, mulatos e cafuzos, recônditos em casas de pensão e casebres suburbanos. Lima Barreto revela através das palavras expressas pela personagem Gonzaga de Sá,

“Fugi dessa gente de Petrópolis, porque, para mim, eles são estrangeiros, invasores, as mais das vezes sem nenhuma cultura e sempre rapinantes, sejam nacionais ou estrangeiros. Eu sou Sá, sou o Rio de Janeiro, com seus tamoios, seus negros, seus mulatos, seus cafuzos e seus ‘galegos’ também...” (BARRETO, 1976, p. 59).

Em determinados momentos, as novas ruas e passeios edificados por seus prefeitos, traíam-se a si mesmas, pois através de seus calçamentos não desfilavam não somente a rica sociedade, mas também os pobres da cidade. Através de uma rica descrição do Passeio Público, cuja vida noturna ganhava vida com os avanços permitidos pela luz elétrica, Barreto permite perceber as diferenças sociais que compunham a paisagem das ruas. A percepção da desigualdade entre os homens da capital brasileira é abordada pelo escritor no trecho que segue,

“O público noturno de domingo, nas ruas, tem uma certa nota própria. Há os mesmos *flâneurs*, artistas, escritores e boêmios; os mesmos *camelots*, mendigos e *rôdeuses*, que dão o encanto do pitoresco à via pública. No domingo, porém, como eles, vem as moças dos arrabaldes distantes, com os seus pálidos semblantes e os vestidos característicos. Vem as armênias das adjacências da Rua Larga, em cujos grandes olhos negros, guarnecidos de longos cílios, e com uns duros reflexos de turmalina, a gente vê por vezes passar alguma coisa de ferocidade asiática. Além

destes, há operários em passeio, com as suas roupas amarfanhadas pela longa estadia nos baús. Há caixeiros com roupas eternamente novas e grandes pés violentamente calçados...” (BARRETO, 1976, p. 137).

Em oposição ao mundo da lógica nacional. Isto porque o estabelecimento de um pacto entre as elites supunha uma determinada compreensão do mundo que a distinguia dos seus populares. O Rio de Janeiro, a “grande aldeia”, repleta de homens de diversos tipos experimentaria de um modo muito peculiar de modernização urbana, cujo fim seria dividi-la. O surgimento de padrões de controle e de um discurso técnico que buscavam submeter a população a tipo determinado de comportamento, desfazendo-a de suas tradições e costumes vinculados à práticas de criação dos filhos, as relações familiares, aos hábitos alimentares, aos estilos de linguagem. A imposição de tais modelos não é facilmente aceita pelo povo, que os vê com desconfiança. O mundo do Estado está relacionado à emersão de elite política cujos valores estavam associados à competição desenfreada e a emergência de uma lógica racional sob as quais se guiavam seus reformadores, cujas mudanças efetuadas na *urbs* carioca revelavam um profundo desconhecimento da realidade social brasileira.

A cultura brasileira, antes amparada num mundo de caótica ordenação da sociedade, ao qual Candido (2004) chama de “pólo da desordem”. O Brasil, marcado pela diversidade cultural e religiosa, pelo hibridismo cultural, de modo que não submeteria facilmente às práticas disciplinadoras do governo. Diferentemente dos Estados Unidos ou da Europa protestante, onde a leitura do Evangelho já inseria os homens em um universo onde a lei regulava os comportamentos humanos, no Brasil a existência de um mundo onde geravam-se atitudes sem o rigor da ordem. A postura truculenta dos republicanos chocava-se com este mundo de desordem, de solidariedade espontânea. O escritor enredava-se, portanto, no exercício de edificar uma imagem do que era o “verdadeiro Rio”, dos seus mulatos, cafuzos, negros e galegos, misturados, confusos, nas ruas que contornavam as montanhas.

CAPÍTULO III - ASPECTOS DE UMA CIDADE DIVIDIDA: METADE EUROPEIA, METADE NEGRA E INDÍGENA

“De uns tempos a esta parte – e isto só data dos meados da República – tomou-se dos nossos dirigentes e mais magnatas uma vaidade singular: a vaidade de Botafogo

e adjacências. O resto do Rio não existe; mas paga imposto. O Rio é Botafogo; o resto é a cidade indígena, a cidade negra. Não merece a mais simples mirada...”.

(BARRETO, “Botafogo e os pró-homens”)

Este capítulo pretende elucidar este que parece ser um dos aspectos mais relevantes da cidade do Rio de Janeiro: a fragmentação de seu espaço e de sua vida social. Lima Barreto, ao redigir sobre a cidade do Rio de Janeiro, compõe-na em mosaico de diferentes cores, alternadamente melancólica e alegre, suntuosa e miserável, tal como os homens que a povoavam. A literatura de Barreto revela a existência de espaços socialmente delimitados no mapa da então capital brasileira, tais como o centro da cidade, Botafogo e seus subúrbios. Estes lugares abrigam um tipo específico de homem, pois a cidade carioca distingue-se pela desigualdade social que invadia-lhe as ruas através das quais os homens distinguiam-se pelas vestes e pela cor.

A topografia característica da paisagem carioca já sugere a ausência de uma unidade à cidade do Rio de Janeiro. As distâncias que separavam um bairro do outro, bem como a existência de um relevo montanhoso, contribuem com a formação de verdadeiras barreiras naturais que se interpõem entre esses bairros, e fazem com que a cidade adquira “a fisionomia de muitas cidades”, conforme revelam as palavras do escritor no trecho abaixo,

“Esse enxamear de colinas, esse salpicar de morros e o espinhaço da serra da Tijuca, com os seus contrafortes cheios de vários nomes, dão à cidade a fisionomia de muitas cidades que se ligam por estreitas passagens [...]. O mal é o isolamento entre elas; é a falta de penetração mútua, fazendo que sejam verdadeiras cidades próximas, pedindo, portanto, órgãos próprios para levarem até os ouvidos das autoridades suas necessidades e os seus anseios [...]” (BARRETO, 1976, p. 68-69).

O homem vai interferir nesta topografia, não para lhe corrigir as distâncias, mas para aprofundar-lhe os abismos. A fragmentação sócio-espacial da cidade, percebida pelo escritor, revela as características do processo de modernização urbana no Brasil, na medida em que este fenômeno ocorria através de um modelo excludente de urbanização do qual, resultaram a segregação do espaço urbano carioca. A desigualdade social inerente a sociedade brasileira,

adquiriria visibilidade nas ruas e ruelas da capital brasileira, pressupondo o distanciamento irreconciliável de seus habitantes. A política nacional, apesar de ter como cenário a cidade, não incorporava em sua geografia as características da República, tido por regime do povo. Ao contrário, a política segue indiferente às demandas sociais, não reconhecendo as moradias suburbanas e favorecendo as classes abastadas. A cidade termina por incorporar as divisões sociais que lhe são inerentes e em seu mapa vê-se traçar identidades que podem estar relacionadas aos modos de vida peculiares do carioca suburbano, freqüentador de feiras e mafuás em Cascadura, e ao habitante de Botafogo, que costumava transitar pela Rua do Ouvidor.

A cidade, entretanto, não deixava de ser percebida pela miséria característica da maioria da população, o que freqüentemente incitava críticas por parte de seus observadores, dentro os quais destacamos Lima Barreto. O escritor aborda os efeitos do processo de urbanização do Rio de Janeiro na crônica *Leitura de jornais*, na qual, muito ironicamente, faz uma comparação entre a capital brasileira e as cidades asiáticas. Para ele, os embelezamentos e as obras realizadas no centro e nos bairros nobres, permitiam a contemplação de uma paisagem cuja principal marca é a desigualdade social, conforme segue,

“Não há dúvida alguma que o embelezamento das cidades sobreleva as questões de higiene e de assistência que elas também reclamam. É isto que se tem visto em toda a parte, principalmente nas capitais de tiranos asiáticos, onde erguem monumentos maravilhosos de mármore e ouro, de ônix e porcelana, de ouro e jaspe, em cidades que não têm água nem esgotos e o grosso da população habita choupanas miseráveis. [...] Com o advento da democracia nos países de origem européia, especialmente no nosso, depois da proclamação da república, essa regra asiática tem sido mais ou menos obedecida, com o caráter cenográfico, que nos é próprio [...] Por fim, vim a concluir que a nossa estética urbana ainda se guia pela estética urbana dos rajás asiáticos e que, sob este aspecto, ela é absolutamente original nestas américas e talvez nas européias” (BARRETO, 2004, p. 337).

O caráter das obras efetuadas pela municipalidade revela o espírito que animava a República Velha, cuja modernização de fachada concentrava-se apenas em aspectos supérfluos dos

problemas urbanos. A discrepância que a urbanização provocara entre seus moradores era digna da crítica barretiana. A modernização do Brasil vai caracterizar-se, pois, pela edificação desses monumentos e prédios, em detrimento da paisagem suburbana, caracterizada por centenas de casebres amontoados. Conforme o trecho abaixo sugere,

“Veio, entretanto, vontade de lembrar-me o estado atual de coisas no Brasil, depois de trinta e dois anos de República. Isso me acudiu porque topei com as palavras de compaixão do Senhor Ciro de Azevedo pelo estado de miséria em que se acha o grosso da população do antigo Império Austríaco. Eu me comovi com a exposição do doutor Ciro, mas me lembrei ao mesmo tempo do aspecto da Favela, do Salgueiro e outras passagens pitorescas desta cidade. [...] Em seguida, lembrei-me que o eminente senhor prefeito quer cinco mil contos para a reconstrução da Avenida Beira-Mar, recentemente esborrachada pelo mar. Vi em tudo isso a República; e não sei por quê, mas vi. Não será, pensei de mim para mim, que a República é o regímen da fachada, da ostentação, do falso brilho e luxo de *parvenu*, tendo como *repousoir* a miséria geral?” (BARRETO, 2004, p. 460).

No texto acima se percebe que Lima Barreto já atentava para o surgimento das favelas na paisagem carioca, que se relacionavam às demolições empregadas por Passos e seus sucessores e à imigração, que já se fazia notar em diversos aspectos sociais da cidade. Em outros pontos do Rio de Janeiro, entretanto, o Estado provia viúvas e filhas de ex-funcionários públicos com luxuosas residências, de acordo com as observações expostas por Barreto na crônica *Os próprios nacionais*, que aborda justamente a condição do Barão do Rio Branco, ministro das Relações Exteriores em 1915, que transformara em residência um edifício público,

“O que está se dando é de uma desigualdade assombrosa. Em todos os ministérios, principalmente no da guerra, há umas certas pessoas privilegiadas que moram de graça em belos e magníficos palácios. Não se trata absolutamente de funcionários que, por motivo de seu ofício, se admita tenham casas próximas aos estabelecimentos em que trabalham. São viúvas, filhas, bisnetas de generais, de coronéis, de majores, que acham muito natural que o Estado tenha para com elas cuidados mais paternais que não têm com as viúvas, filhas, sobrinhas, netas e bisnetas de carpinteiros, de calafates, de marceneiros, etc” (BARRETO, 2004, p. 164-165).

A crítica a reforma urbana em Lima Barreto confunde-se com a crítica à elite política e econômica do país para quem a prefeitura edificava os novos espaços de sociabilidade. Lima Barreto assistia a edificação de lugares destinados a um público seleto de homens, cuja função social estava claramente delimitada para o gáudio de sua elite política e econômica. O povo, portanto, permanecia excluído da “nova cidade”, cuja grandeza das construções intimidava o indivíduo que não dispunha de meios para vestir-se adequadamente para aqueles locais. A inutilidade dessas obras perante as urgências das quais careciam os lugares mais afastados da cidade. A construção do Theatro Municipal emerge como o grande exemplo desse regime de ostentação e de fachada ao qual se dedicava a prefeitura na Primeira República, de acordo com a crônica *O Conselho Municipal e a arte*, Barreto (Cro, p. 198-197) fala da inutilidade da obra para o “povo”, para o qual dizia-se ter sido feita,

“Para o povo não tem serventia alguma, pois é luxuoso demais; para a arte dramática nacional, de nada serve, pois é vasto em demasia e os amadores dela são poucos; mas custou cerca de doze mil contos, fora o preço dos remendos. Enriqueceu muita gente... Tem servido para que uma burguesia rica, ou que se finge rica, exhiba suas mulheres e filhas, suas jóias e seus vestidos, em espetáculos de companhias estrangeiras, líricas ou não, para o quê o pobre mulato pé-no-chão, que colhe bananas em Guaratiba, contribui sob a forma de subvenção municipal às referidas companhias. Povo? Níqueis...”

Para Barreto, a única justificativa plausível para o fato é o fato de que o conselho municipal não conhecia outros cantos da cidade, pois, se realmente o conhecessem tratariam de dirigir-se a eles, e não a obras inúteis. O Theatro Municipal é o símbolo da modernidade asiática, de ouro e jaspes nos bairros ricos, em contraposição à realidade miserável de seus recantos pitorescos. De acordo com o escritor,

“É que o conselho é um posto de adventícios que, do Rio de Janeiro, só conhecem o bairro em que moram, a Rua do Ouvidor e a Avenida Central; é só. Por isso, muito naturalmente, tratam de teatro brasileiro, antes de tratarem de cousas da cidade do Rio de Janeiro... É o carro adiante dos bois...” (BARRETO, 2004, p. 199).

A construção de um novo edifício para a Biblioteca Nacional, também consiste em exemplo do supérfluo. O escritor descreve que desde que passara a prédio suntuoso, deixara de freqüentá-la, conforme segue no trecho abaixo,

“Pouco freqüento a biblioteca nacional, sobretudo depois que se mudou para a Avenida e ocupou um palácio americano. [...] A minha alma é de um bandido tímido, quando vejo esses monumentos, olho-os, talvez, um pouco como um burro; mas, por cima de tudo, como uma pessoa que se estarrece de admiração diante de suntuosidades desnecessárias. [...] O Estado tem curiosas concepções, e esta, de abrigar uma casa de instrução, destinada aos pobres diabos, em um palácio, é das mais curiosas. Ninguém compreende que se subam as escadas de Versalhes senão de calção, espadim e meias de seda; não se pode compreender subindo os degraus da Opera, do Garnier, mulheres sem decote e colares de brilhantes, de mil francos; como é que o Estado quer que os mal-vestidos, os tristes, os que não tem livros caros, os maltrapilhos “fazedores de diamantes” avancem por escadarias suntuosas, para consultar uma obra rara, com cujo manuseio, num dizer aí das ruas, têm a sensação de estar pregando à mulher do seu amor?” (BARRETO, 2004, p. 149).

De acordo com Machado (2002), Barreto percebera a importância das vestes entre os ricos, em uma sociedade que se encontrava deslegitimada de títulos de nobreza. Os sapatos e os tecidos eram capazes de conferir aos que os trajavam, a aparência de requinte e sofisticação, de modo que a vestimenta adquiria o poder de instituir aos indivíduos o *status* social. Era, sobretudo, um meio de diferenciação social dos homens, cujo poder social ficava facilmente reconhecido através de um simples olhar. Na descrição que segue abaixo, o escritor observa as mulheres que transitavam pela Rua do Ouvidor,

“Cruzava com mulheres bonitas e feias, grandes e pequenas, de plumas e laçarotes, farfalhantes de sedas; eram como grandes e pequenas embarcações movidas por um vento brando que lhes enfunasse igualmente o velame. Se uma roçava por mim, eu ficava entontecido, agradavelmente entontecido dentro da atmosfera de perfumes que exalava. Era um gozo olhá-las, a elas e à rua, com sua sombra protetora, marginada de altas vitrinas, atapetadas de jóias e tecidos macios. [...] Parava diante de uma e de outra, fascinado por aquelas coisas frágeis e caras. As botinas, os chapéus petulantes, o linho das roupas brancas, as gravatas ligeiras, pareciam-me

dizer-me: Veste-me, ó idiota! Nós somos a civilização, a honestidade, a consideração, a beleza e o saber. Sem nós não há nada disso; nós somos, além de tudo, a majestade e o domínio!” (BARRETO, 1997, p. 67).

O escritor reflete sobre a questão das vestimentas na sociedade quando aborda a importância dos vestidos para as mulheres ricas, cuja aura de superioridade e beleza estava intrinsecamente relacionada aos seus modos de vestirem-se, conforme o trecho abaixo,

“Estamos, pelo que vejo, fazendo uma pretensiosa meditação sobre a costureira. E não é sem importância, acrescentou logo o meu dorido amigo, na nossa sociedade vestida, uma meditação sobre tão curioso agente, infinitesimal e ignorado, da grandeza e da majestade das altas camadas representativas. Para se verificar quanto à ação desses pálidos infusórios da sociedade é benéfica, grandes damas dos *upper* têm *thousands*, mal vestidas, simplesmente ajambradas ou nuas. Reduzida ao mínimo ou a nada, a sua beleza obumbrante, por inferência iríamos examinar os fundamentos da grandeza dirigente de seus maridos e pais. A crítica, com tal estímulo, estender-se-ia e a massa por contágio, impregnada de um irrespeito anárquico e desmoralizante, faria a sociedade naufragar” (BARRETO, 1976, p. 72-73).

As vitrines brilhantes que se projetavam na Rua do Ouvidor, a beleza e distinção das mulheres ricas, exalando perfume através das vias iluminadas revelavam aspectos de um mundo inalcançável e improvável para o escritor. Não era para os pobres que o Estado estendia a modernidade de suas vias públicas, localizadas no centro da cidade e embelezadas à maneira européia. Tampouco os modernos edifícios do Teatro Central e da Biblioteca Nacional, cuja grandiosidade das construções reprimia os simples homens e cuja arte não lhes representava. Aqueles espaços não foram edificadas para o povo, conforme fazia crer o discurso republicano, mas para uma minoria social para a qual o Estado, paternalisticamente, estendia sua mão.

Essas reformas urbanas tinham como finalidade a valorização imobiliária da região situada ao sul do Rio de Janeiro, relativamente próximas ao centro da cidade. Os bairros de Botafogo e

Laranjeiras eram dentre outros, os que mais recebiam as atenções da prefeitura, pois consistiam no *locus* da população rica da cidade. A arquitetura sob as quais aquelas residências eram projetadas voltava-se para o estabelecimento de padrão europeu de construção. Em oposição a este belo canto da cidade, forjava-se a cidade “negra e indígena”, expressão que Barreto utilizou para designar as áreas pobres do Rio de Janeiro, relacionadas quase sempre ao subúrbio e cuja população quase sempre estava marcada pelo estigma de sua cor. O escritor, sobre a valorização imobiliária que havia ocorrido no bairro de Botafogo, vai afirmar na crônica *Botafogo e os pró-homens* que,

“De uns tempos a esta parte – e isto só data dos meados da República – tomou-se dos nossos dirigentes e mais magnatas uma vaidade singular: a vaidade de Botafogo e adjacências. O resto do Rio não existe; mas paga imposto. O Rio é Botafogo; o resto é a cidade indígena, a cidade negra. Não merece a mais simples mirada...” (BARRETO, 2004, p. 397).

Suburbano do bairro de Todos os Santos, Barreto percebia o estado de descaso no qual se encontravam suas ruas, deixadas à mercê dos buracos e a sua população, para a qual a prefeitura não com nenhum melhoramento, pois a atenção do Governo estava concentrada unicamente às áreas habitadas pelos ricos. Resulta deste fato, a segregação do espaço urbano carioca, relatado também na crônica *O Prefeito e o povo*, na qual Barreto expressa o fato,

“O doutor Carlos Sampaio é um excelente prefeito, melhor do que ele só o senhor de Frontin. Eu sou habitante da cidade do Rio de Janeiro, e, até, nela nasci; mas, apesar disso não sinto quase a ação administrativa de Sua Excelência. Para mim, sua Excelência é um grande prefeito, não há dúvida alguma; mas de uma cidade da Zambézia ou da Conchinchina. Vê-se bem que a principal preocupação do atual governador do Rio de Janeiro é dividi-lo em duas cidades: uma européia e a outra, a indígena” (BARRETO, 2004, p. 236).

A segregação do espaço urbano carioca relaciona-se a imagem que Lima Barreto elabora da capital do país, que não poderia passar sem esse que parece ser seu atributo mais importante: a

política nacional. Ao tratar a cidade do Rio de Janeiro, capital da Primeira República, Barreto não dissocia a cidade de seu signo político. Na sua prosa e mesmo em suas crônicas, as vidas que narra tem como cenário uma cidade que é sede do poder político nacional, por cujas ruas a República fazia desfilar os militares nos festejos de comemoração do novo regime, quase sempre relacionados à dignificação da deusa pátria. Barreto descreve o que tais espetáculos provocavam nele,

“Vi regimentos, vi batalhões, luzidos estados-maiores, pesadas carretas, bandeiras do Brasil, sem emoção, sem entusiasmo, placidamente a olhar tudo aquilo, como se fosse uma vista de cinematógrafo. Não me provocava nem patriotismo nem revolta. Era um espetáculo, mais nada; brilhante, por certo, mas pouco empolgante e inteligente. Junto a mim, dois populares discutiam, ao passar as forças formidáveis da Pátria, os seus recursos de mar e terra. Tinham um almanaque na cabeça, sabiam o nome dos oficiais, a marca dos canhões, a tonelagem dos couraçados. Discutiam com evidente orgulho, satisfeitos, manifestando, aqui e ali, desgosto que fosse tão reduzido o número de regimentos de cavalaria e tão poucos os couraçados de alto mar. Eu olhei. Olhei as suas botas, olhei os seus chapéus; em seguida, passei a olhar nos generais pimpões que galopavam ao lado dos dourados almirantes... Oh! A sociedade repousa sobre a resignação dos humildes!” (BARRETO, 1976, pg. 139-140).

A República ostentava seu poder pelas ruas da capital devido à existência desse sentimento de “resignação” dos pobres que se deixavam iludir com o espetáculo que, embora brilhante, não lhe parecia empolgante e inteligente. O escritor, entretanto, não se deixara levar pelo espetáculo. No romance *Recordações do escritor Isaías Caminha*, Barreto (1997, p. 68) observa e descreve a passagem de um desfile militar, “o batalhão passou de todo; e até a própria bandeira que passara me deixou perfeitamente indiferente”. Isaías Caminha, ao mudar-se para na capital do país admirava-se que, justamente ali, no *locus* da política nacional, as pessoas trabalhassem sem examinar o valor que havia no seu governo,

“Ainda pouco familiarizado com o trânsito pesado da rua, atravessei a Rua Direita cheio de susto, cercado-me de mil cautelas, olhando para aqui e para ali, admirado que aquela porção de gente trabalhasse sob o sol tão ardente, sem examinar que

valor tinham as duas Câmaras e o seu Governo” (BARRETO, 1997, p. 65).

A idéia de que o Rio de Janeiro é sede desse poder político nacional nos remete a pensar uma cidade a qual a vida social está caracterizada pela presença de burocratas, de funcionários públicos de diversos tipos, desde amanuenses e secretários, a ministros e diplomatas do Itamaraty. Barreto vai recorrer à ironia para compor as personagens enredadas na política nacional que em sua obra revelam-se extremamente caricatas, representantes do amor excessivo a ordem, ou vinculados a uma preguiça mórbida, como é o caso do então presidente do Brasil, o Marechal Floriano Peixoto,

“Com uma ausência total de qualidades intelectuais, havia no caráter do Marechal Floriano uma qualidade predominante: tibieza de ânimo, e no seu temperamento, muita preguiça. Não a preguiça comum, essa preguiça de nós todos; era uma preguiça mórbida, como que uma pobreza de irrigação nervosa, provinda de uma insuficiente quantidade de fluido no seu organismo. Pelos lugares que passou, tornou-se notável pela indolência e desamor às obrigações dos seus cargos” (BARRETO, 1997, p. 130).

Na descrição que Barreto redige sobre um político tradicional no romance *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, o escritor revela a incapacidade do mesmo em exercer a sua função. Para Barreto, os homens encarregados da política nacional deveriam conseguir compreender a sociedade brasileira, dados a diversidade e complexidade do país. Entretanto, não era exatamente essa a preocupação dos homens que estavam na política do Brasil,

“[...] Nada nele manifestava que tivesse um forte poder de pensar e uma grande força de imaginar, capazes de analisar as condições de vida de gentes que viviam sob céus tão diferentes e de resumir depois o que era preciso para sua felicidade e para o bem-estar em leis bastante gerais, para satisfazer a um tempo de jagunço e ao seringueiro, ao camarada e ao vaqueano, ao elegante da Rua do Ouvidor e ao semibugre dos confins do Mato Grosso. Onde estava nele o poder de observação e a simpatia necessária para entrar no mistério daquelas rudes almas que o cercavam e o elegiam?” (1997, p. 61)

No romance *Triste fim de Policarpo Quaresma*, descrição do palácio republicano, Barreto revela a visão negativa que concebia da política nacional,

“O palácio tinha um ar de intimidade, de quase relaxamento, representativo e eloqüente. Não era raro ver pelos divãs, em outras salas, ajudantes-de-ordens, ordenanças, contínuos, cochilando, meio deitados e desabotoados. Tudo nele era desleixo e moleza. Os cantos dos tetos tinham teias de aranha; dos tapetes, quando pisados com mais força, subia uma poeira de rua mal varrida” (BARRETO, 1997, p. 128).

A cidade e todo o significado político que se supunha da capital da República, não se relacionava à vida social que dela nascia. Assim, o mundo da formalidade, dos desfiles pomposos e dos funcionários públicos e políticos desinteressados de qualquer coisa que não fossem eles próprios, vão revelar-se ao escritor como mundo estranho e distante da realidade brasileira e da verdadeira cidade do Rio de Janeiro. Como relata José Murilo de Carvalho abaixo,

“[...] Mas, se o novo Rio criado pela República aumentava a segmentação social e o distanciamento espacial entre setores da população, as repúblicas do Rio, vindas do Império, continuaram a viver, a renovar-se, a forjar novas realidades sociais e culturais mais ricas e mais brasileiras que os versos parnasianos e simbolistas” (CARVALHO, 2005, p. 41-42).

Este universo da cultura popular faz troça do poder político, não o “leva a sério”. O escritor Barreto nada mais que representa esta condição de seu povo, realizando em suas obras a comédia da vida no Brasil da Primeira República. As caricaturas desenvolvidas pelo escritor para a representação dos políticos, bem como a descrição das reformas urbanas, calcada na inutilidade e na sustentação de uma fachada de um mundo europeu. Este fato é abordado por José Murilo de Carvalho no trecho que segue,

“O que marcava, e marca, o Rio é antes a carnavalização do poder como, de resto, outras relações sociais. Poucos meses após a Revolta da Vacina, ela já era objeto de celebração carnavalesca, sem falar no fato de terem começado as agitações por uma farsa teatral montada por pivetes” (CARVALHO, 2005, p. 157).

Barreto parece perceber a existência dessa carnavalização do poder ao descrever a Revolta da Armada no romance *Triste fim de Policarpo Quaresma*. A seriedade das tramas políticas nacionais é apropriada pela população carioca enquanto festa e divertimento, conforme o texto abaixo,

“[...] Com o tempo, a revolta passou a ser uma festa, um divertimento da cidade... Quando se anunciava um bombardeio, num segundo, o terraço do Passeio Público se enchia. Era como se fosse uma noite de luar, no tempo em que era do tom apreciá-las no velho jardim de Dom Luís de Vasconcelos, vendo o astro solitário pratear a água e encher o céu. [...] Alugavam-se binóculos e tanto os velhos como as moças, os rapazes como as velhas, seguiam o bombardeio como uma representação de teatro: ‘Queimou Santa Cruz! Agora é o ‘Aquidabã’! Lá vai! E dessa maneira a revolta ia correndo familiarmente, entrando nos hábitos e nos costumes da cidade” (BARRETO, 1996, p.145).

A cidade, entretanto, encontra sua unidade no carnaval. A visão melancólica dos passeios da cidade, a previsibilidade dos passos humanos e a dureza com que proporcionam as desigualdades entre os homens só são rompidas nos festejos carnavalescos. Barreto descreve este fato, no trecho abaixo,

“Em torno de nós, sob a chuva miúda do vapor condensado do motor de iluminação, grupos de passeantes moviam-se de um lado para outro, isocronicamente, lentamente, tristemente, como se obedecessem a uma lei inflexível a cujo império não se pudessem furta. Só o carnaval tira essa triste gravidade aos nossos passeios. Os rapazes excendem-se, saem fora da bitola, e as moças e as senhoras abandonam-se aos impulsos do temperamento” (BARRETO, 1997, p. 109-110).

Neste ponto, é possível estabelecer um paralelo entre a imagem de Lima Barreto e o modo como Berman () definiu como a experiência da modernidade na Rússia. Se, como nos relata Carvalho (2005, p. 41), “[...] o mundo subterrâneo da cultura popular engoliu aos poucos o mundo sobterrâneo da cultura das elites”, podemos nos recordar do homem subterrâneo, o homem comum, do qual Dostoiévski escrevera e que posteriormente invadiria o mundo da modernidade edificado pelo Estado. Nesse sentido, não seria tão absurdo aproximarmos Barreto do russo: ambos emergem das margens da sociedade, da condição de indivíduo, que contra o Estado nada pode.

Berman aborda a constituição de uma modernização imposta, simbolizada através de uma cidade – Petersburgo, Barreto analisa a experiência moderna na cidade do Rio de Janeiro. A cidade se revela palco das expressões do homem comum – o homem subterrâneo – e de seus anseios. A arquitetura modernizante tem como efeito revelar um novo modo de vida aos seus habitantes – mas ao passearem pela Nevski ou pela Rua do Ouvidor, o homem comum encontra-se sufocado por uma sociedade ainda fortemente hierarquizada, incapaz de dar voz a este novo homem. Ao mesmo tempo em que ele desperta no indivíduo a ânsia pela modernidade, o Estado o sufoca. O Estado esmaga o indivíduo e a modernização aqui se revela como imposição do Estado. Trata-se então de um tipo específico de modernidade, imposto a partir do alto. No entanto, isso não impede que os homens pensem e reflitam sobre um novo de modernização – a partir da base. E é nesse esforço que Lima Barreto vai ser guiado para outros aspectos dessa cidade dividida, concentrando-se em aspectos menos luminosos e belos, muito além de Botafogo e dos espaços de sociabilidade edificados no centro do Rio. É justamente deste fato que trataremos no capítulo que segue.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Berthold Zilly aborda em seu artigo, *Guetos e arquipélagos: divisão e degradação do espaço nas megalópoles brasileiras*, a segregação da *urbs* carioca e do que chama “arquipelaguização” da cidade através de zonas de isolamento entre ricos e pobres (FREITAG, 1998). Para o referido autor, o Rio de Janeiro se caracteriza atualmente pela existência de uma fragmentação social que impossibilita a consolidação de um sentimento de unidade na cidade. Esta idéia relaciona-se às reflexões que Maria Alice Rezende de Carvalho (1994) expressa sobre o Rio de Janeiro enquanto uma cidade que está realmente “cindida ao meio”.

Barreto, ainda nos meados do século XX, já pressupunha a existência de duas cidades e relaciona tal fato ao processo de urbanização que o Rio de Janeiro passava. Para Lima Barreto, a cidade só iria definir-se enquanto tal quando incorporasse o subúrbio, pois é lá que uma autêntica cultura nacional se encontrava. Inútil buscar vestígios de nacionalidade nos passeios largos edificadas por Passos, no centro do Rio; a verdadeira metrópole nacional arquitetava-se nos subúrbios de modo que compreender a sua natureza é desvendar os mistérios da cultura urbana nascente no Brasil.

Ao problematizar a segregação do espaço, Barreto precedia a Sociologia na identificação deste que se estabeleceria como uma de suas questões mais comuns. A atualidade da obra

barretiana no que toca a cidade carioca o torna leitura imprescindível para a compreensão das origens desse Brasil urbano, com a grande parte de seu povo habitando choupanas miseráveis ou condomínios de luxo.

A irreverência do escritor, misturada alternativamente com o saudosismo, permitem a constituição de um complexo painel do Rio de Janeiro, prevendo-lhe as cisões sociais que hoje perturbam os habitantes da cidade. Deste modo, compôs uma obra que pode ser classificada como dotada de uma “sensibilidade sociológica”, no sentido em que se permite e se dispõe a captar a realidade social. O escritor prevê problemas no processo de modernização imposto pela prefeitura, ao identificar no mesmo um “descolamento” do presente do passado da cidade. O escritor percebe que não é possível edificar no país os novos tempos sem a presença da nossa história, reduto de nossas tradições e de nossa identidade. Para Barreto, este fato está vinculado ao surgimento de uma elite que, conforme descreve está desvinculado de nossa história, incapaz de reconhecer as peculiaridades culturais de nosso povo. A presença de uma oposição entre o mundo da política e o mundo da cultura popular é expressa na obra de Lima Barreto. A capital de burocratas estagnados sob documentos oficiais, não eram capazes de captar a cidade e sua vida, pulsando nas feiras e festejos populares que quebravam a sobriedade melancólica dos passeios.

Berman (1986), ao abordar a manifestação na Nevski do homem subterrâneo de Dostoievski, anuncia o início de um processo que terminaria por suprimir a burocracia estatal do seu poder político. No Brasil, diferentemente da Rússia, o homem comum, os pobres, vão emergir enquanto representantes legítimos da cultura nacional, revolucionando os salões da elite ao trazerem o samba das ruas. O amado subúrbio de Barreto prossegue enquanto o *locus* de uma energia criativa, que se expressaria em formas autênticas de expressão. A metade negra e indígena da cidade, o subterrâneo da cultura popular, culmina na invasão dos salões pelos violonistas suburbanos, representantes legítimos de uma cultura nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Francisco de Assis. A vida de Lima Barreto (1881-1920). Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2002.

BARBOZA FILHO, Rubem. As linguagens da democracia

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Clara dos Anjos. Rio de Janeiro: Ediouro; São Paulo: Publifolha, 1997.

_____. Coisas do Reino do Jambon. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

_____. Histórias e sonhos. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. Numa e a ninfa. São Paulo: Garnier, 1989.

_____. Os bruzundangas. São Paulo: Germape, s/d.

_____. Recordações do escrivão Isaías Caminha. Rio de Janeiro: Ediouro; São Paulo: Publifolha, 1997.

_____. Toda crônica: Lima Barreto. Beatriz Rezende e Rachel Valença (orgs.). Rio de Janeiro: Agir, 2004.

_____. Triste fim de Policarpo Quaresma. São Paulo: Ática, 1996.

_____. Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá. São Paulo: Brasiliense, 1976.

BENJAMIN, Walter. Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo. José Martins Barbosa e Hemerson Alves Baptista (trad.). 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BERMAN, Marchall. Tudo que é sólido desmancha no ar – a aventura da modernidade. Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti (trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 1986, p. 127-268.

BRANDÃO, Ludmila de Lima. A casa subjetiva: matérias, afetos e espaços domésticos. São Paulo: Perspectiva; Cuiabá: Secretaria de Estado de Cultura de Mato Grosso, 2002, p. 15-38.

CANDIDO, Antonio. Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária. São Paulo: Nacional, 1985.

_____. O discurso e a cidade. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul; São Paulo: Duas Cidades, 2004, p. 20-105.

CARVALHO, José Murilo. Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Quatro vezes cidade. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

CRUZ, Anamaria da Costa; MENDES, Maria Tereza Reis. Estrutura e apresentação de projetos e trabalhos acadêmicos, dissertações e teses (NBR 14724/2005 e NBR 15287/2006). Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2007.

DAMATTA, Roberto. A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. 5ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

FERNANDES, Nelson da Nóbrega. Onde a cidade perde seu nome. *In: Milton Santos et al.* (org.). Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007, v. 1, p. 197-208.

FREITAG, Barbara. Cidade dos homens. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

_____. Teorias da cidade. Campinas: Papyrus, 2006, p. 42-78.

_____. Cidade e literatura. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998.

FREYRE, Gilberto. Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano. São Paulo: Global, 2006.

_____. Ordem e progresso: processo de desintegração e das sociedades patriarcal e semipatriarcal no Brasil. Rio de Janeiro: Global, 2004, p. 17-48.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

_____. Prefácio à Clara dos Anjos. Rio de Janeiro: Ediouro; São Paulo: Publifolha, 1997.

LEMOS, Maria Tereza Carneiro. Sobrevivendo no inferno da *Belle Epóque*. In: A (de)missão do intelectual: literatura e cultura brasileiras nas transições dos séculos. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2007.

LINS, Osman. Lima Barreto e o espaço romanesco. São Paulo: ed. Ática, 1976.

MACHADO, Maria Cristina Teixeira. Lima Barreto: um pensador social na Primeira República. Goiânia: UFG; São Paulo: EDUSP, 2002.

MAIA, João Marcelo Ehlert. Espaço e pensamento brasileiro: a Rússia americana nos escritos de Euclides da Cunha e Vicente Licínio Cardoso. **Dados Rev. de Ci. So.**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 1, 2007.

MATIAS, José Luiz. Vida Urbana, Marginália, Feiras e Mafuás: a modernidade urbana nas crônicas de Lima Barreto. Dissertações (Mestrado em Letras). UFRJ. Rio de Janeiro: 2007.

MATTOS, Romulo Costa. As favelas na obra de Lima Barreto. **Urbana**, Campinas, v. 2, 2007.

SEVCENKO, Nicolau. Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 12-163.

VALLADARES, Licia do Prado. A gênese da favela carioca: a produção anterior às ciências sociais. **Rev. Bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 15, n. 44, Out. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092000000300001&Ing=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 Out. 2008

VELHO, Octavio Guilherme (org.). O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

VENTURA, Roberto. Estilo tropical: história e polêmicas literárias no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 24-61.

ZILLY, Berthold. A pátria entre paródia, utopia e melancolia. **Estudos Soc. e Agr.** Rio de Janeiro, v. 20, n. 20, 2003. p. 45-80. Disponível em:

<<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/vinte/zilly20.htm>>. Acesso em: 10 Maio 2009.